

**As possíveis articulações entre
preservação do patrimônio,
turismo e desenvolvimento
econômico e sua trajetória no
Brasil a partir dos anos 1960**

**The possible articulations between
heritage preservation, tourism
and economic development and
its trajectory in Brazil beginning
in the 1960s**

**Las posibles articulaciones entre
preservación del patrimonio,
turismo y desarrollo económico y
su trayectoria en Brasil desde los
años 1960**

Edson Leite¹

Maria Cristina Caponero²

Recebido em: 6/5/2014

Aceito para publicação em: 4/3/2015

¹ Professor titular da Universidade de São Paulo (USP).

² Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da USP (PGEHA/USP).

Resumo: Este texto analisa a articulação entre o patrimônio cultural brasileiro e a atividade turística em sua relação com o desenvolvimento econômico a partir dos anos 1960. Busca compreender as ações dos órgãos de planejamento em sua interação com o turismo, considerado como um dos meios de desenvolvimento e sustentabilidade. Dá ênfase à missão do perito da Unesco no Brasil, Michel Parent, ocorrida entre 1966 e 1967, para a elaboração de um levantamento do patrimônio cultural brasileiro, desde a avaliação das características, potencialidades e estado de conservação/preservação dos monumentos até a avaliação das estratégias de preservação adotadas pela DPHAN, com o intuito de sugerir programas de cooperação técnica e estratégias de otimização dos potenciais percebidos. Trata da compreensão dos planos de preservação do patrimônio com base em linhas de ação que priorizem a adoção de medidas de proteção e de dotação financeiras necessárias para a manutenção, a restauração e a animação dos bens culturais em uma abrangência mundial que aponta para debates relevantes e influentes no contexto internacional de preservação e para o contexto histórico, cultural, social, institucional, político e econômico.

Palavras-chave: patrimônio cultural; turismo; desenvolvimento econômico; Michel Parent; Unesco; Brasil.

Abstract: This paper analyses the articulation between the Brazilian cultural heritage and tourism activities in its relationship with economic development. It seeks to understand the actions of the planning agencies in their interaction with tourism, thus considered as a means of development and sustainability. It emphasizes the Brazilian mission of the UNESCO expert, Michel Parent, which occurred between 1966 and 1967, for compiling a survey of the Brazilian cultural heritage, from evaluating the characteristics, capabilities and state of conservation/preservation of monuments to the evaluation of the preservation of strategies adopted by DPHAN, in order to suggest technical cooperation programs and optimization strategies of perceived potential. It deals with understanding heritage preservation plans based on lines of action that prioritize the adoption of protective measures and financial resources necessary for the maintenance, restoration and animation of cultural assets within a global scope that points to relevant and influential discussions in the international context of preservation and to the historical, cultural, social, institutional, political and economic context.

Keywords: cultural heritage; tourism; economic development; Michel Parent; UNESCO; Brazil.

Resumen: Este texto analiza la articulación entre el patrimonio cultural brasileño y las actividades turísticas en su relación con el desarrollo económico. Intenta comprender las acciones de los órganos de planificación en su interacción con el turismo, entendido como un medio de desarrollo y sostenibilidad. Da énfasis a la misión de expertos de UNESCO junto a Brasil, Michel Parent, que ocurrió entre 1966 y 1967, para la preparación de un levantamiento del patrimonio cultural brasileño, desde la evaluación de las características, potencialidades y del estado de conservación/preservación de los monumentos hasta la evaluación de estrategias de preservación adoptadas por DPHAN, con el fin de sugerir programas de cooperación técnica y estrategias de optimización de potenciales percibidos. Trata de la comprensión de los planes de preservación del patrimonio desde las líneas de acción que priorizan la adopción de medidas de protección y de recursos financieros necesarios para el mantenimiento, la restauración y la animación de los bienes culturales desde un ámbito global que apunta a las discusiones pertinentes e influyentes en el contexto internacional de la preservación y para el contexto histórico, cultural, social, institucional, político y económico.

Palabras clave: patrimonio cultural; turismo; desarrollo económico; Michel Parent; UNESCO; Brasil.

INTRODUÇÃO

A França foi a grande matriz de uma política referente ao patrimônio. Foi lá que surgiu, no século XVIII, o conceito de *patrimônio* vinculado a interesses aristocráticos, no âmbito do direito de propriedade privada, sem se referir ao patrimônio público. Nessa época, o patrimônio era “patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11).

O conceito moderno de patrimônio desenvolveu-se a partir da Revolução Francesa, em 1789, oriundo da necessidade de criar meios para que os cidadãos compartilhassem – em um território delimitado – valores e costumes supostamente comuns, independentemente de suas origens, fazendo com que os cidadãos se identificassem pela língua, pela cultura e pelo território.

Embora estabelecido o conceito de *patrimônio*, a legislação que viria a protegê-lo ainda tardaria alguns anos para ser implementada, o que ocorreu somente em 1887, sendo expandida em 1906. A ênfase no patrimônio e em sua respectiva proteção atingiu seu ápice no período de 1914 a 1945, em meio às guerras mundiais. O fim da Segunda Guerra Mundial, aliado à criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)³ em 1945, à publicação de diversas cartas patrimoniais internacionais e ao surgimento dos Estados Nacionais, trouxe para o centro da ação social e política novos agentes sociais com diferentes interesses e fez a preocupação com o patrimônio extrapolar fronteiras, rompendo com as bases privadas. Foram então criados órgãos nacionais e internacionais de proteção ao patrimônio, o qual passou a ser entendido como um bem material concreto de alto valor material; era o excepcional, o belo, o exemplar e o simbólico que deveria ser considerado como patrimônio para as nações.

Em todo o mundo, pensava-se no reconhecimento de patrimônios nacionais como uma construção histórica baseada em memória coletiva e em ideologias que representassem a expressão de indivíduos ou grupos políticos e sociais. Françoise Choay (2001, p. 207) afirma que “a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais”.

As formas de uso e de preservação do patrimônio material edificado, no entanto, vêm sofrendo alterações no decorrer do tempo em função de valores e interesses sociais e/ou políticos nem sempre convergentes, o que acarretou alteração das formas de atuação das diferentes esferas políticas, diferentes espaços geográficos e matrizes intelectuais que orientaram os inventários e os critérios de seleção para tombamento. Ao patrimônio material edificado foi associado o imaterial: as manifestações culturais, os saberes, as festas que demandavam novas formas de atuação.

A ARTICULAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MUNDO

A articulação entre patrimônio e turismo não é recente, tendo surgido nos anos 1960, ao mesmo tempo em que o conceito de *cultura* se difundia pelo mundo, levando à criação do Ministério de Cultura da França, um modelo que, embora bastante fechado em si, foi adotado por diversos outros países. A França teria sido a primeira a explorar “os ritos de um culto oficial do patrimônio histórico que se tornou parte integrante do culto da cultura” (CHOAY, 2001, p. 211) no seu sentido filosófico, explorado para fins políticos. A

³ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Unesco) foi criada em 1945, durante a Conferência de Londres, e desde então está vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU).

cultura acabou por se transformar em *empresa* e logo em *indústria* – a “indústria cultural”. O patrimônio cultural, por sua vez, passou a ser temática constante, constituindo-se como premissa básica dos debates entre o desenvolvimento econômico sustentável, a necessidade de preservação desse patrimônio e a identidade cultural coletiva. Dessa forma, o patrimônio transmutou-se em um *produto cultural* e adquiriu uma dupla função, como “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2001, p. 211).

Desde então, a preocupação com a valorização, a conservação e a preservação do patrimônio cultural deixou de ocorrer apenas em função de seu valor histórico, estético, arquitetônico e identitário e alcançou também conotações econômicas, sendo convertido em um produto econômico que poderia contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Nas décadas de 1960-1970, a Unesco esforçava-se na preservação do patrimônio cultural. René Maheu, então diretor desse órgão, associava a possibilidade de preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento do turismo, enfatizando o turismo como atividade que viria a ajudar na promoção, no desenvolvimento e no sustento do patrimônio cultural.

A preocupação com a proteção e a preservação do patrimônio levou à ocorrência de diversas reuniões e conferências internacionais que deram origem a uma série de documentos, como normas, recomendações ou cartas patrimoniais, algumas das quais já enfatizavam a importância do incremento do turismo para a valorização do patrimônio, além dos benefícios econômicos que tal atividade poderia proporcionar para a localidade. Destacamos dentre essas reuniões a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Paris, 1962) – quando foi elaborada a *Recomendação de Paris* –, a Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo (Roma, 1963), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Genebra, 1964), a 13.^a e a 14.^a Reunião da Conferência Geral da Unesco (1965 e 1966, respectivamente), a 72.^a Reunião do Conselho Executivo da Unesco (Budapeste, maio de 1966), a Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, planejada pela Organização dos Estados Americanos – quando foram elaboradas as Normas de Quito (Quito, dezembro de 1967) –, a Declaração de Tlatelolco (México, 1967), a Assembleia Geral da União Internacional das Organizações Oficiais de Turismo (Tóquio, 1967), o Conselho Econômico e Social (1967), a 4.^a Reunião da Comissão Técnica de Fomento do Turismo (1967), a Reunião dos Chefes de Estado (Punta del Este, 1967), a 4.^a Conferência Regional das Comissões Nacionais do Hemisfério Ocidental (México, 1967), o Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo (Bruxelas, 1976) – quando foi lançada a Carta do Turismo Cultural – e outras (CURY, 2004; LEITE, 2009) que passaram a destacar a possibilidade de articulação entre a preservação patrimonial e o turismo visando ao desenvolvimento econômico. “O Brasil foi signatário das cartas patrimoniais internacionais e teve sua legislação diretamente influenciada por essas resoluções” (LEITE, 2009, p. 267).

No contexto de debates sobre a articulação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico, além das reuniões supracitadas, merece especial destaque a Reunião do Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural em prol do Desenvolvimento Econômico (Tunísia, 1968), que contou com a presença do perito Michel Parent, então inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos Históricos e de Inspeção Nacional de Sítios na França. Nessa reunião, defendeu-se a ideia de que as agências especializadas das Nações Unidas e as agências de financiamento internacional deveriam fornecer assistência para o desenvolvimento do turismo, especialmente por meio da valorização dos sítios arqueológicos, históricos e naturais. Uma das formas de assistência oferecidas pela Unesco era o envio de consultores e peritos às localidades que

assim o desejassem, a fim de “ajudar os governos a definir e estabelecer os programas, particularmente aqueles concernentes ao turismo, que deveriam se integrar aos planos de desenvolvimento gerais dos países” (Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural em prol do Desenvolvimento Econômico, 1968 *apud* LEAL, 2012, p. 139).

A articulação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico foi defendida em muitas outras ocasiões posteriores como, por exemplo, em setembro de 1986, quando o próprio ministro do Turismo da França afirmou: “nosso patrimônio deve ser vendido e promovido com os mesmos argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões” (*apud* CHOAY, 2001, p. 211). Nesse sentido, os mediadores culturais tinham como tarefa explorar os monumentos a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

Essa articulação acabou se consolidando, expandindo-se geográfica e cronologicamente, chegando até os dias atuais, e em alguns casos é até mesmo vista como “salvação” para diversas localidades ou monumentos.

A ARTICULAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

No Brasil, no início dos anos 1960, combatiam-se as forças sociais comprometidas com o atraso.

Os modernos, avançados, revolucionários tinham como porta-voz intelectuais que, em sua maioria, se agrupavam no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e no Partido Comunista. Tais intelectuais se guiavam por um sentido de missão e se pautavam por um otimismo modernizador e/ou propostas de uma revolução brasileira, embora cada um, ou cada grupo, a desenhasse de modo diverso (OLIVEIRA, 2008, p. 165).

Nessa época, já havia no Brasil políticas públicas voltadas para o inventário, o tombamento e a proteção patrimonial, mas elas oscilavam entre concepções e diretrizes nem sempre bem definidas e explicitadas. A política que vinha sendo desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na época Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), “foi considerada inadequada aos novos tempos. Intelectuais envolvidos na efervescência cultural consideravam o IPHAN elitista, pouco representativo da pluralidade, enfim, alienado em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2008), o que levou a DPHAN a buscar diretrizes para reformular e reforçar sua atuação no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural, em vista da industrialização acentuada que marcou as décadas de 1950 e 1960 (FONSECA, 2005). O Brasil estava em diálogo com as organizações internacionais e tinha um acordo de cooperação técnica entre o IPHAN e a Unesco, firmado em 1964. A Unesco, por sua vez, prestava assistência aos países em desenvolvimento, com o objetivo de “ajudar os governos a definir e estabelecer os programas, particularmente aqueles concernentes ao turismo, que devem [deveriam] integrar-se aos planos de desenvolvimento gerais dos países” (LEAL, 2008, p. 18). Portanto, foi a ela que o Brasil recorreu a partir de 1965, visando “compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento então vigente no Brasil” (FONSECA, 2005, p. 142). Além disso, não podemos deixar de mencionar que dos anos 1960 em diante só aumentavam a falta de recursos e as tensões decorrentes da preservação das cidades históricas, que cresciam em população e problemas (OLIVEIRA, 2008).

O embaixador Carlos Chagas Filho (chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco), em nome do governo brasileiro, pediu a René Maheu, na época diretor geral da Unesco, a visita de um perito às cidades brasileiras, com o intuito de ajudar a desenvolver um programa de proteção do patrimônio histórico e de desenvolvimento do turismo, sendo então autorizada a vinda de Michel Parent.

Carlos Chagas Filho informou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor da DPHAN, sobre as medidas que havia tomado e explicou que tinha conseguido da Unesco uma missão para o Brasil “sob a denominação mais ou menos esdrúxula de turismo cultural” (CHAGAS FILHO, 1966a). O turismo foi, portanto, uma porta de acesso do Brasil à Unesco e aos seus programas de assistência técnica e financeira, mas, ao que parece, o interesse pairava muito mais no intuito de conseguir ajuda financeira do que numa real articulação e consolidação entre o patrimônio e o turismo. Claudia Leal (2012, p. 140) reforça essa ideia:

Os documentos sugerem um maior interesse, por parte dessa diretoria [DPHAN], pela assistência financeira e técnica envolvida no plano de incentivo e que poderia ser utilizada em prol da conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza [...] do que propriamente pela criação de relações mais íntimas entre o turismo e o patrimônio cultural brasileiro.

Michel Parent esteve no Brasil de 24 de novembro de 1966 a 8 de janeiro de 1967 e de 19 de abril a 1.º de junho de 1967⁴. Sua missão contou com a participação detalhada de Rodrigo de Melo Franco de Andrade e se enquadrou no contexto de “estudar a conservação do patrimônio artístico, com vistas para o turismo cultural” (CHAGAS FILHO, 1966b). Um dos objetivos de Parent foi elaborar um levantamento do patrimônio cultural brasileiro, desde a avaliação das características, potencialidades e estado de conservação/preservação dos monumentos até a avaliação das estratégias de preservação adotadas pela DPHAN, com o intuito de sugerir programas de cooperação técnica e estratégias de otimização dos potenciais percebidos. Mas as cidades visitadas limitaram-se às indicadas pela DPHAN, que coincidentemente eram as mesmas já tombadas por esse órgão.

Na época, Parent enfatizou a possibilidade de articulação entre turismo, desenvolvimento econômico e valorização do patrimônio cultural e, conseqüentemente, teve grande importância no campo da preservação do patrimônio cultural e seu compromisso com instâncias várias de proteção dos bens culturais no contexto histórico, institucional e político. Ele defendia e enfatizava a linha de pensamento desenvolvida pelas cartas patrimoniais da Unesco, que consideravam o turismo uma ferramenta estratégica diferencial para a divulgação e a geração de economia, viabilizando o sustento, a promoção e a preservação do próprio patrimônio além do crescimento econômico, daí a necessidade de articulação entre o fomento do turismo e o patrimônio. Ao mesmo tempo em que o turismo poderia constituir uma *fonte de lucros* da renda nacional, ele também possibilitaria a proteção do patrimônio visando à sua salvaguarda:

O turismo pode, com certeza, constituir uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um alibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível (PARENT, 2008, p. 46).

⁴ Em 1983, Michel Parent veio novamente ao Brasil para avaliar a proposta de reconhecimento do centro histórico de Salvador como Patrimônio Cultural da Humanidade (que ocorreu em 1984).

Vista por esse ângulo, na época, essa foi uma *nova* abordagem perante o patrimônio cultural brasileiro, que poderia proporcionar benefícios financeiros mediante o desenvolvimento urbano e o incremento da atividade turística. Os monumentos tornaram-se assim um conversor de dinheiro, seja pela sua locação, sua utilização com suporte publicitário ou mesmo pela sua associação à venda de produtos de consumo geral ou pela venda de ingressos, em alguns casos.

Parent enfatizava, já nos anos 1960, que o Brasil tinha condições de oferecer ao mundo mais do que a realidade vazia dos paraísos exóticos, pois não bastava ser um país tropical, favorecido por uma orla marítima ensolarada, dotado, por excelência, “pela natureza, pela história e pelas qualidades inatas e potenciais de seus habitantes, de oportunidades excepcionais” (PARENT, 2008, p. 42); não bastava ser um país onde o homem moderno “integrou no decorrer de séculos ao esplendor de sua paisagem um repositório cultural, especialmente sob a forma tangível e fixada de seus monumentos e suas cidades de arte” (PARENT, 2008, p. 43); não bastava deter um passado cultural grandioso e “uma vida cultural rigorosa e complexa nascida da confluência histórica de três correntes: América indígena, Europa latina e África negra” (PARENT, 2008, p. 43); e não bastava ser “um espaço natural rico em lugares espetaculares e em espécies preciosas úteis para a ecologia em geral com potenciais agrícolas e industriais” (PARENT, 2008, p. 43).

O Brasil, segundo Parent, detinha um repertório de patrimônio que se destacava pelo seu conjunto (e por uma similaridade às cidades europeias desenvolvidas no mesmo período histórico) e pela vitalidade cultural que habitava esses espaços. “A chave do turismo brasileiro [...] é a atração da *similitude*, eu diria da *familiaridade*” (PARENT, 2008, p. 159. Grifos no original).

Como na Europa, ali predomina, dependendo do lugar, um tecido arquitetônico tradicional ou o tecido moderno, mas frequentemente eles estão imbricados, e um decorre do outro. Os lugares culturais têm uma religião viva, a mesma que moldou a civilização ocidental (PARENT, 2008, p. 158-159).

Para Parent, a noção de patrimônio não se limitava ao patrimônio natural ou edificado. Segundo ele, o grande potencial brasileiro era sua *cultura viva*, sua “animação viva, em datas determinadas, desse cenário arquitetônico mais familiar” (PARENT, 2008, p. 159). A *cultura viva* abrangia as tradições, as manifestações culturais, as festas tradicionais e tudo aquilo a que hoje chamamos de *patrimônio imaterial*. Esse *patrimônio imaterial* (não denominado dessa forma na época) aparece também em sua proposta de desenvolvimento do turismo como um

processo de intercâmbio cultural, de compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas, beneficiado, no Brasil, pela diversidade do patrimônio, pela amenidade do clima e pela disposição inata do brasileiro de ser um anfitrião (LEAL, 2012, p. 137).

Parent apresentou – como uma característica do contexto brasileiro – uma dialética de valor e uso cultural partindo do monumento em si até a ocupação da cidade como espaço vivo, como manifestação cultural. De acordo com ele,

os monumentos representativos valem tanto pelo cenário de conjunto urbano colonial, como por eles mesmos. Por sua vez, o conjunto urbano vale tanto para a animação da vida cotidiana quanto pelas suas virtudes estéticas singulares. E enfim, a vida cotidiana deve ser, a propósito, exaltada, seja pela manutenção rigorosa das festas tradicionais, seja pelos rituais estéticos modernos que são os festivais (PARENT, 2008, p. 159).

As cidades históricas seriam convertidas em “cenas”, “palcos” de festivais ou festas. Assim, já nos anos 1960, salientava-se que deveria ser privilegiada a formulação de um calendário das festas tradicionais, como forma de estruturar e distribuir sazonalmente a força turística gerada por esses eventos.

Os anos 1970 foram marcados pela diversidade e por tendências estéticas e culturais em que havia uma preocupação com as manifestações culturais sobretudo das classes populares. Na área da cultura e da política, foram implementadas diversas experiências pelo governo. Uma primeira intervenção na área do patrimônio foi o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973 e ligado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). O programa dispunha de recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados e viabilizou importantes iniciativas no campo da preservação dos monumentos tombados, atrelando-a à viabilidade de sua utilização econômica e à geração de renda, com o incremento do turismo e do comércio em áreas consideradas de tradição histórica e cultural, sobretudo nas cidades do Nordeste (OLIVEIRA, 2008). “Com o PCH, a preservação de bens culturais passou pela primeira vez a integrar os planos de desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA, 2008, p. 125).

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi outra experiência na área do patrimônio com o objetivo de documentar a diversidade cultural do Brasil. “A partir de 1975 coloca-se em cena internacional a questão da integração dos conjuntos históricos à vida coletiva de nossa época” (CHOAY, 2001, p. 223). O valor social, seja de um patrimônio isolado ou mesmo de cidades históricas, foi transformado em produto de consumo cultural com fins lucrativos e avaliado à luz dos interesses turísticos que se beneficiavam de seu *status* patrimonial simbólico.

As primeiras inscrições na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco ocorreram na década de 1980, e a partir de então abriu-se o debate em torno do uso turístico e da autossustentabilidade dos bens tombados (OLIVEIRA, 2008).

Mas, se havia a defesa e a valorização do turismo no âmbito da preservação e proteção do patrimônio, em função de sua atividade benéfica e por ser essencial para o desenvolvimento do país, também se advertia que seus efeitos não eram apenas positivos. Num relatório apresentado em maio de 1968⁵, o próprio Michel Parent deixou claro que o turismo não trazia só benefícios e não podia tudo, pois ele também acarretava ações predatórias. Quanto a essa questão, ele advertiu que o turismo poderia causar problemas, contribuindo para a degradação dos bens naturais e do próprio patrimônio cultural. Ele chamou a atenção para os perigos que ameaçavam os conjuntos, monumentos e sítios, resultantes tanto pela “falta de meios para preservá-los quanto pela industrialização progressiva e dos grandes trabalhos públicos” (LEAL, 2008, p. 17).

A partir da década de 1990, apesar da predisposição de tratar a cidade como documento em toda a sua complexidade, as políticas de preservação adotadas no Brasil distanciaram-se dessa concepção e, por vezes, sucumbiram à noção de *cidade-espetáculo* (CANCLINI, 2008). “A associação dos bens culturais ao seu valor de mercado corroborou para aumentar o consumo cultural e para transformar a paisagem historicamente construída em *ruínas* patrimoniais de *marketing* cidadão” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 52).

As cidades históricas, assim como os monumentos, vêm sendo transformadas em “produtos de consumo cultural” (destinados a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial) e em uma parte crescente da renda das nações. Para muitas localidades (estados, regiões e municípios), a indústria patrimonial “significa a sobrevivência e o futuro econômico. E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável” (CHOAY, 2001, p. 226).

⁵ Esse relatório foi apresentado poucos meses depois do “Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique”, de março de 1968.

Contudo, ao considerarmos o desenvolvimento econômico, não podemos deixar de lado a delicada questão das relações entre o turismo e a existência de um importante “repositório cultural [...] das cidades de arte, dos bairros antigos, antes aristocráticos e hoje populosos, outrora testemunho de esplendor e hoje em estado de degradação paralelo à degradação econômica daqueles que ali vivem” (PARENT, 2008, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise apresentada neste texto, podemos concluir que os bens culturais, sobretudo os patrimonializados, têm um valor econômico e contribuem para o desenvolvimento do país em função do interesse público e do turismo como atividade potencialmente benéfica em diversos sentidos. Leal (2008, p. 16-17) defende essa ideia, pois “os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos” e “a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribui para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais”. No passado, o próprio Michel Parent já havia alertado que “deixar o patrimônio unicamente aos critérios da rentabilidade turística imediata seria fazer escolhas contestáveis, agravar determinados desequilíbrios” (PARENT, 2008, p. 46).

Choay (2001) compartilha da ideia de que o turismo, sobretudo o cultural, pode levar ao desenvolvimento, mas adverte que é preciso integrar os bens à vida contemporânea sem standardizá-los e banalizá-los, caso contrário, ficaria difícil entrar no mercado. Ela aponta que, para os intelectuais, a questão do patrimônio como mercadoria é um incômodo e se trata de uma ilusão, porque não ocorre.

A preocupação em relação ao patrimônio, paisagens e sítios expande-se a outros âmbitos, sobretudo às ameaças e aos perigos oriundos do crescimento urbano desordenado, do desenvolvimento econômico e turístico. “Da restauração à reutilização, passando pela *mise-en-scène*⁶ e animação cultural, a valorização do patrimônio histórico apresenta múltiplas formas, de contornos imprecisos, que quase sempre se confundem ou se associam” (CHOAY, 2001, p. 213).

A adaptação dos espaços a novos usos não resultou em processos integrados de reabilitação, como propunham as cartas patrimoniais internacionais, que defendiam a conservação integrada e o desenvolvimento sustentável, mas levaram a uma *pseudoautossustentabilidade* (FUNARI; PELEGRINI, 2009), pautada em postulados econômicos que visaram à redução de custos de investimento. Isso ocorre em âmbito universal, em todos os países, e causa grande preocupação à Unesco, mas com particular atenção no Brasil, como afirmou Michel Parent.

No Brasil, “não se pode salvar um monumento sem inseri-lo pelo menos em dois níveis: em um plano de desenvolvimento cultural global [...] e em uma ampla política de urbanismo (ao mesmo tempo de conservação e de desenvolvimento)” (PARENT, 2008, p. 160). É esse enfrentamento que os órgãos de planejamento precisam ter em mente ao escolher o turismo como um dos meios de desenvolvimento e sustentabilidade e ao elaborar os planos de preservação do patrimônio com base em linhas de ação bem definidas e detalhadas, de modo a priorizar “a adoção de medidas administrativas, consequentes de proteção, e a dotação dos meios financeiros necessários para a manutenção, restauração e animação desse patrimônio” (PARENT, 2008, p. 42).

Na ausência de uma estratégia de planejamento reside uma das contradições percebidas por Parent no contexto brasileiro: “nesse país que esteve na vanguarda do movimento

⁶ Trata-se de apresentar o monumento como um espetáculo, de mostrá-lo sob o ângulo mais favorável.

arquitetônico do século XX e que criou Brasília, é singular a ausência de uma política geral de dotação para projetos urbanísticos” (PARENT, 2008, p. 160).

O patrimônio cultural brasileiro apresenta-se rico, coeso e atraente à atividade turística, sendo ora influenciado por ela, ora a influenciando. De certa forma, não há como evitar, e nem mesmo impedir, que se tire proveito desse patrimônio, com todos os riscos de deterioração paralela que o turismo possa implicar, porém demandam-se certas estratégias e enfoques de gestão para poder dar suporte ao turismo como desenvolvimento econômico e social.

A preservação do patrimônio está apenas começando e, segundo Choay, ela requer o controle do fluxo de visitantes de acordo com normas que, em muitos casos, ainda estão por ser criadas. Podem-se invocar, a título de exemplo e de acordo com um grau de complexidade crescente, dispositivos de controle, medidas pedagógicas e políticas urbanas. Choay (2001, p. 237) afirma que,

com efeito, quer se trate das funções econômicas e dos recursos de entretenimento oferecidos pelo patrimônio na sociedade de lazer, quer se trate de valores cognitivos, pedagógicos e artísticos, nenhuma das motivações institucionalmente reconhecidas ou reivindicadas permite interpretar o fervor com o qual o culto patrimonial é celebrado e se difunde no mundo inteiro.

Como visto, a articulação entre preservação patrimonial, turismo e desenvolvimento econômico é possível e até mesmo desejável, todavia mostram-se de extrema importância a aproximação e a articulação entre os planos de preservação patrimonial, o plano geral de desenvolvimento cultural, a política geral de dotação para projetos urbanísticos e as alocações dos programas de fomento turístico do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur, criado em 1966). As intensas mudanças ocorridas nos séculos XX e XXI, em virtude do rápido processo tecnológico e do rápido crescimento das cidades, levam a outros interesses pessoais ou mesmo à especulação imobiliária e, como já advertira Gustavo Giovannoni (1931), os centros e os bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões, o que implica seu uso cultural e turístico.

Portanto, a atividade turística, vista como uma possibilidade de aproveitamento das qualidades naturais, culturais e históricas e instrumento de desenvolvimento, representa um grande potencial para um país com as virtudes do Brasil, mas deve necessariamente estar articulada com outros fatores. Associada ao reconhecimento e à preservação do patrimônio e dos bens culturais em uma abrangência mundial, aponta para debates relevantes e influentes no contexto internacional de preservação e para o contexto histórico, cultural, social, institucional, político e até mesmo econômico.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008. p. 15-28.

CHAGAS FILHO, Carlos. **Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 21 jun. 1966a. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, AA 01/M066/P05/Cx. 0059/P. 0190.

_____. **Telegrama à DPHAN**. 6 set. 1966b. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, AA 01/M066/P05/Cx. 0059/P. 0190.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2001.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. **O patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc; IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova**. Turim: Unione Tipografico-Editrice, 1931.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (Org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

_____. As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012.

LEITE, Edson. Recursos culturais e patrimônio histórico: evolução da proteção internacional nas cartas patrimoniais. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas (Org.). **Lazer e turismo: conceitos e reflexões**. v. 1. São Paulo: Plêiade, 2009. p. 251-271.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PARENT, Michel. Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique. 1968. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta (Org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: Copedoc; IPHAN, 2008. p. 35-325.